

O COMPONENTE CURRICULAR TERRA-VIDA-TRABALHO (TVT) ENSINADO EM DIFERENTES TERRITÓRIOS CAMPONESES DE MATO GROSSO DO SUL: AVANÇOS E LIMITES

The curricular component Land-Life-Work (TVT) taught in different peasants' territories of Mato Grosso do Sul: advances and limitations

Rodrigo Simão Camacho

Doutorado em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil.

rodrigocamacho@ufgd.edu.br

Mauro Sérgio Almeida de Lima

Mestre em Geografia, Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), Brasil.

maurosergioalmeida45@gmail.com

Recebido: 17/06/2026

Aceito: 24/06/2026

Resumo

A educação formal, em sua estrutura e conteúdo, representa um território imaterial de disputa entre diferentes classes sociais. Nesse contexto, a Educação do Campo surge como uma conquista essencial para a população camponesa, revelando os conflitos socioterritoriais. O currículo das escolas do campo incorpora essas disputas, constituindo-se como um território (i)material em constante disputas. Dentro dessa perspectiva, a disciplina Terra-Vida-Trabalho (TVT) se apresenta como uma componente que dialoga diretamente com as tensões, materiais/imateriais, presentes na realidade do campo. Este estudo tem como objetivo refletir sobre os avanços e os desafios relacionados à implementação da disciplina TVT, que integra a Parte Diversificada do Currículo da Educação do Campo no estado de Mato Grosso do Sul. A investigação foi realizada em escolas situadas em diferentes territórios camponeses, articulando a análise aos estudos da Geografia Agrária e da Educação do Campo, refletindo acerca da relação entre territórios/territorialidades camponesas e as escolas do campo. O foco se concentrou na territorialização das escolas do campo em Dourados, abrangendo instituições: EE Joaquim Vaz de Oliveira (Distrito de Indápolis) e EE Antônio Vicente Azambuja (Distrito de Itahum); e no município de Ponta Porã (assentamento/distrito Itamarati), a EE Nova Itamarati. A pesquisa utilizou metodologias como a análise documental, baseada no Referencial Curricular desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul em parceria com representantes das comunidades camponesas. Foram também utilizadas a observação de campo, questionários e entrevistas. Sob uma fundamentação teórica sustentada por autores do Paradigma da Questão Agrária, buscou-se compreender as dinâmicas das relações socioterritoriais do campesinato. No caso específico da disciplina TVT, foram analisados sua origem e os fatores que condicionam sua efetiva aplicação. Embora simbolizando um passo importante para reforçar a identidade socioterritorial camponesa e a práxis de resistência, os resultados evidenciaram desafios e barreiras que ainda precisam ser superados. Entre os principais obstáculos identificados está a necessidade de alinhar as práticas pedagógicas aos princípios fundamentais da Educação

do Campo, reconhecendo a complexidade e as especificidades dos territórios onde essas escolas se localizam.

Palavras-chave: Campesinato, Território, Escola do Campo, Terra-Vida-Trabalho.

Abstract

Formal education, in its structure and content, represents an immaterial territory of dispute between different social classes. In this context, Countryside Education emerges as an essential achievement for the peasant population, revealing socio-territorial conflicts. The curriculum of countryside schools incorporates these disputes, constituting itself as a (i)material territory in constant conflict. Within this perspective, the subject Earth-Life-Work (TVT) presents itself as a component that directly engages with the material/immaterial tensions present in the reality of the countryside. This study aims to reflect on the advances and challenges related to the implementation of the TVT discipline, which is part of the Diversified Section of the Countryside Education Curriculum in the state of Mato Grosso do Sul. The investigation was conducted in schools located in different peasant territories, linking the analysis to studies in Agrarian Geography and Countryside Education, reflecting on the relationship between peasant territories/territorialities and countryside schools. The focus was on the territorialization of countryside schools in Dourados, covering institutions: EE Joaquim Vaz de Oliveira (Indápolis District) and EE Antônio Vicente Azambuja (Itahum District); and in the municipality of Ponta Porã (Itamarati settlement/district), EE Nova Itamarati. The research utilized methodologies such as document analysis, based on the Curriculum Reference developed by the State Department of Education of Mato Grosso do Sul in partnership with representatives of peasant communities. Field observation, questionnaires, and interviews were also used. Under a theoretical foundation supported by authors of the Agrarian Question Paradigm, an effort was made to understand the dynamics of the socio-territorial relations of the peasantry. In the specific case of the TVT discipline, its origin and the factors that condition its effective application were analysed. Although symbolizing an important step to reinforce peasant socio-territorial identity and the praxis of resistance, the results highlighted challenges and barriers that still need to be overcome. Among the main obstacles identified is the need to align pedagogical practices with the fundamental principles of Countryside Education, recognizing the complexity and specificities of the territories where these schools are located.

Keywords: Peasantry, Territory, Countryside School, Land-Life-Work.

1. INTRODUÇÃO

Existe uma luta ininterrupta e histórica de acesso e permanência na terra, por isso, o campesinato é compreendido a partir das suas lutas e sua resistência na terra conquistada visando o direito de produção/reprodução do trabalho familiar e da vida em sua totalidade nas suas formas sociais que lhes são características (Shanin, 2005, 2008).

Neste sentido, os camponeses, como classe social e territorial, lutam contra as classes dominantes no campo apoiadas pelo Estado, por isso, é necessário compreender que o campo brasileiro é marcado por uma luta de classes envolvendo disputas territoriais materiais/imateriais (Camacho, 2021, 2022, 2024, 2025a, 2025b; Fernandes, 2019) entre

campesinato e o latifúndio/agronegócio (Almeida, 2006, 2010; Fernandes, 2019; Oliveira, 2007).

Destacamos, assim, o campesinato como principal sujeito da Educação do Campo, sendo os seus territórios (Fernandes, 2012) os alicerces onde essas escolas encontram significado. O debate da Questão Agrária emerge como elemento central para compreender os múltiplos aspectos da realidade camponesa, com especial atenção aos processos de recriação, expropriação e resistência no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo (Camacho, 2014).

Nesse sentido, é muito importante a compreensão da necessidade do debate sobre o campesinato brasileiro, pois reafirma que a luta pela/na terra não se relaciona somente à dimensão da produção, mas está associada, também, com a construção de uma sociedade com justiça social; respeito à natureza; solidariedade entre os povos/classes; produção de alimentos saudáveis, garantindo a Soberania Alimentar; reprodução de um modo de vida/sociabilidade/territorialidade específico; reprodução familiar e da unidade de produção/consumo camponesa; controle territorial e do processo produtivo; relações não-alienadas de trabalho; Educação do Campo (tema tratado nesse estudo); entre outros fatores, que constituem a especificidade da classe camponesa.

Pensar o território em que se efetua a Educação do Campo é compreender que existem várias dimensões condicionantes: ambientais, políticas, culturais, sociais e econômicas na qual os sujeitos do campo estão submetidos e, sendo assim, os territórios não são iguais, tampouco estáticos. Compreender as especificidades das relações socioterritoriais locais e o seu movimento de transformações permanentes, são premissas para que ocorra uma efetiva Educação do Campo (Fernandes, 2012, 2019; Caldart, 2012; Camacho, 2021, 2022, 2024, 2025a, 2025b).

Respeitar, valorizar e reproduzir os saberes acumulados nos territórios camponeses e nas escolas do campo, se torna um fator primordial para que as novas gerações compreendam o papel do campesinato na sociedade contemporânea, e a disciplina TVT cumpre essa função pedagógica. O Componente Curricular Terra Vida Trabalho (TVT) foi construído a partir da realidade camponesa do estado de Mato Grosso do Sul, e oportuniza em seu referencial a possibilidade para que os professores adequem seus conteúdos às especificidades locais, valorizando os saberes populares, dialogando com o saber científico e proporcionando a construção de novos saberes.

Nesse contexto, o referido estudo teve início no ano de 2019 e se encerrou no ano de 2022¹, com várias visitas às escolas localizadas no campo e o diálogo com professores e gestores que possibilitou algumas percepções de como a disciplina TVT está sendo ministrada nas escolas, bem como das relações socioterritoriais estabelecidas entre a escola e a comunidade. A pesquisa foi efetivada em três Escolas do Campo do estado de Mato Grosso do Sul, analisando as peculiaridades e diferenças entre os territórios onde se localizam essas escolas; de que maneira os gestores e professores compreendem o Componente Curricular TVT e as formas de atuação dos professores do Componente Curricular TVT nas escolas pesquisadas.

Foram citados vários momentos de conquistas e desafios no que se refere ao componente curricular TVT, porém, existe uma certeza que é a necessidade de discutir, avaliar e reavaliar os avanços e retrocessos juntamente com a comunidade camponesa, que deve sempre participar das discussões com prioridade para que realmente tal componente apresente especificidades da Educação do Campo.

2. METODOLOGIA

Esta investigação foi estruturada, inicialmente, com base em uma revisão bibliográfica que abarcou autores cujas reflexões se situam tanto no domínio da Geografia Agrária quanto da Educação do Campo. Em um segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental, a qual envolveu a análise de documentos oficiais referentes ao componente curricular/eixo TVT, com destaque para o Referencial Curricular TVT (2019), além das resoluções emitidas pela Secretaria Estadual de Educação (SED/MS) relacionadas à organização curricular da Educação Básica do Campo no estado de Mato Grosso do Sul.

O recorte analítico centrou-se nas escolas localizadas em territórios camponeses de Dourados, representadas especificamente pelas instituições EE Joaquim Vaz de Oliveira, situada no distrito de Indápolis, e EE Antônio Vicente Azambuja, localizada no distrito de Itahum; e a EE Nova Itamarati, no município de Ponta Porã, assentamento/distrito Itamarati. Estas escolas foram selecionadas como representações de diferentes contextos territoriais do campo, fornecendo uma amostra da diversidade multidimensional: ambiental, política, social e cultural presente nas comunidades camponesas do estado.

¹ Os referenciais foram revisados no ano de 2025 e o componente curricular ainda é considerado como diferencial na Educação Básica do Campo de Mato Grosso do Sul e não apresentou nenhuma mudança em relação aos referenciais anteriores, tampouco a forma de escolha dos professores sem respeitar suas especificidades do campo para atuação.

Para alcançar os objetivos traçados, foram realizadas diversas investigações de campo. Entre os anos de 2019 e 2022, aplicou-se um roteiro de entrevistas semiestruturado a docentes e gestores das escolas analisadas. No intuito de preservar o anonimato dos participantes, foram atribuídas siglas para identificá-los nos registros e análises realizadas.

3. O EIXO TEMÁTICO TERRA-VIDA-TRABALHO (TVT) NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO EM MATO GROSSO DO SUL

A Educação Básica do Campo obteve avanços importantes no Plano Nacional de Educação (PNE), lei n. 13.00527, de junho de 2014. O PNE foi aprovado para dez anos de vigência a contar com a data de publicação com metas e estratégias para melhoria da educação e a lei prevê fomentos de programas de educação e cultura para a população do campo; fomentos para formação continuada dos professores e professoras do campo; e a possibilidade de educação em tempo integral com qualificação profissional a partir das especificidades locais e consulta prévia à comunidade (Brasil, 2021).

Uma das exigências do PNE é que cada Unidade Federativa apresentasse seu Plano Estadual de Educação no prazo de um ano. O Mato Grosso do Sul aprovou seu PEE a partir da Lei n. 4.621, de 22 de dezembro de 2014, citando metas e estratégias para a educação em um prazo decenal, também incluindo a Educação do Campo neste cenário e garantindo a oferta a partir de suas especificidades.

Nas escolas estaduais, o estado iniciou a modalidade Educação do Campo a partir da Resolução/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011, e a autorização de funcionamento foi com a Resolução/SED n. 2.507, de 29 de dezembro de 2011. Foram denominadas escolas estaduais do campo todas às que estavam na área rural ou nos distritos dos municípios, que, até então, se declaravam escolas em localidade rural no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aceitaram o convite para participar da modalidade de Educação do Campo. Corroborando com os Marcos Normativos para a Educação Básica do Campo (Brasil, 2002), que afirma que a Escola do Campo é destinada à todas as pessoas que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Para articular e formalizar um currículo escolar que contemplasse as especificidades territoriais camponesas em todas suas dimensões e que o conteúdo fosse flexível e interdisciplinar, algumas instituições, movimentos e docentes ligados à Educação do Campo, foram convidados a pensar um novo componente curricular que contemplasse essa perspectiva teórico-metodológica. Foi construída coletivamente, então, uma disciplina que

apresentasse os saberes-fazeres camponeses e sua territorialidade em eixos temáticos denominados de Terra-Vida-Trabalho (TVT). Parte-se do princípio que “a organização curricular das escolas do campo implica na participação e diálogo com a comunidade escolar. Neste sentido, os conteúdos escolares serão redimensionados a partir do contexto produtivo e cultural dos sujeitos do campo” (Mato Grosso do Sul, 2019).

Três escolas estaduais do campo de Ponta Porã foram convidadas a participar da elaboração do Referencial Curricular da disciplina TVT: EE Nova Itamarati; EE Prof.º José Edson Domingos dos Santos e EE Carlos Pereira da Silva, todas do P. A. Itamarati. O Comitê de Educação Básica do Campo e os representantes da Secretaria de Estado de Educação da Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação (COPEED) também participaram da elaboração do referencial teórico do eixo temático diversificado que se denominou Terra-Vida-Trabalho (TVT) e, assim, descreveram na Resolução/SED n. 2.507, de 29 de dezembro de 2011:

As escolas do campo terão na sua Proposta Pedagógica os eixos temáticos: TERRA-VIDA-TRABALHO e os fundamentos das diversas áreas de conhecimento norteadores de toda a organização curricular interdisciplinar, abrangendo as disciplinas e seus conteúdos, bem como outras atividades escolares que venham a enriquecer a formação dos educandos, relacionando-os entre si e atendendo à realidade da comunidade (art. 4º da Res/SED n. 2.501/2011) (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 2).

A Secretaria Estadual de Educação (SED) orienta que “os currículos estão organizados em três áreas de conhecimentos e os professores poderão elaborar o seu plano de aula, contemplando os Eixos Temáticos: Terra-Vida-Trabalho” (p. 4). Importante salientar que o Referencial Curricular TVT, orienta o trabalho coletivo dos professores e determina que Terra, Vida e Trabalho sejam os eixos temáticos de todas elas, sendo que:

Os eixos temáticos devem perpassar toda a abordagem pedagógica, teórica e prática da formação dos estudantes, pois direciona seu conteúdo e sua metodologia para temas da realidade camponesa que precisam ser tratados pela Educação Básica do Campo a ser concretizada. Para que se possa realizar um trabalho coerente e interdisciplinar, os professores formarão coletivos pedagógicos, nos quais deverão primar pelo estudo e desenvolvimento de metodologias (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 2).

O Referencial Curricular TVT (Mato Grosso do Sul, 2019) se apresenta como “norteadores de toda a organização curricular interdisciplinar, abrangendo as disciplinas e seus conteúdos, bem como outras atividades escolares que venham a enriquecer a formação dos educandos, relacionando-os entre si e atendendo à realidade da comunidade” (art. 4º da Res/SED n. 2.501/2011). É um importante documento que orienta algumas concepções pedagógicas para uma Escola do Campo, possibilitando ações que devem aparecer em sua Proposta Pedagógica para fortalecer a Educação do Campo e

valorizar os sujeitos e o território. Significa compreender que o Projeto Político Pedagógico de uma Escola do Campo deve ser flexível e compreender as transformações que ocorrem na realidade local e, assim, programar e reprogramar suas ações. Deve ter como ponto de partida o saber acumulado da comunidade escolar. A gestão não deve centralizar a organização das ações, sendo a comunidade parte essencial da proposta pedagógica da escola.

Além da demonstração de uma perspectiva geral acerca da Educação do Campo, o Referencial Curricular TVT (2019) apresenta alguns conteúdos essenciais que devem contemplar o contexto territorial, produtivo e cultural dos sujeitos, bem como a característica sociopolítica própria do campesinato para reafirmar sua territorialidade. Relacionando as características de trabalho, produção, cultura e organização política camponesa, refletindo acerca de um desenvolvimento territorial contra hegemônico. Sendo assim, cada conteúdo a ser ofertado para o estudante deve ser adaptado ao seu território, levando em consideração que existem diversos territórios camponeses com suas territorialidades predominantes, a serem observados, utilizando as metodologias de acordo com os objetivos emancipatórios da Educação do Campo.

Nesse contexto, outro avanço significativo para a Educação Básica do Campo, foi a introdução do componente curricular TVT. Este componente está integrado à área do conhecimento de Ciências da Natureza e, pela primeira vez em 2019, passou a permitir a lotação de docentes especificamente para essa disciplina: “um profissional da educação, que tenha perfil ou conhecimentos em Educação do Campo” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 4).

Como exemplo prático, o Referencial Curricular do TVT, no caso do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano – anos iniciais, sugere os seguintes conteúdos temáticos: 1º Bimestre: Alimentos e sua importância; Produção e conservação dos alimentos; A importância nutricional dos alimentos para o desenvolvimento do ser humano; Alimentos saudáveis (orgânicos); Higiene e manipulação dos alimentos; 2º Bimestre: Meio Ambiente; Meio Ambiente e a importância de sua conservação; Tipos e Conservação do solo (erosão, assoreamento, mata ciliar e reflorestamento); 3º Bimestre: A origem dos alimentos; Como se reproduz os alimentos do plantio até a colheita; Horta; Pomar doméstico (orgânicos); Lixo (esterqueira/composteira); 4º Bimestre: Criação de animais de pequeno porte; Valores, saberes, práticas e costumes; Manifestações culturais das comunidades locais (Mato Grosso do Sul, 2019).

O componente curricular TVT oferece vários temas que podem ser utilizados para projetos interdisciplinares e que estão relacionados à Educação Básica do Campo de Mato Grosso do Sul: Agricultura familiar; Agroecologia; Agropecuária: vacas leiteiras, gado de abate, e derivados, etc.; Animais de pequeno, médio e grande porte; Animais diversos: porcos, galinha (granja), ovelhas, apicultura, criação de peixes; Assoreamentos dos rios, reflorestar, etc.; Cana-de-açúcar: Melado e rapadura; Cooperativa comunitária, associação (Comercialização dos produtos); Cultivo de: melancia, abóbora, melão, uva, batata doce e outros; Culturas diversas: culinária, danças, laçadas, moda de viola, Folclore da região, etc.; Derivados de Leite: fábrica de iogurte, doces, queijos, etc.; entre outros (Mato Grosso do Sul, 2019; Lima, 2022).

Um aspecto crucial a ser considerado no TVT é o de que as práticas de produção camponesa diferem das adotadas pelo agronegócio (Shanin, 2005, 2008; Almeida, 2006, 2010; Fernandes, 2012, 2019; Oliveira, 2007; Camacho, 2021, 2002, 2024, 2025a). Dessa maneira, o Referencial Curricular do TVT determina que: “a organização curricular das escolas do campo implica a participação e diálogo com a comunidade escolar. Neste sentido, os conteúdos serão redimensionados a partir do contexto produtivo e cultural dos sujeitos do campo” (Mato Grosso do Sul, 2012, p. 2).

Dessa forma, a base curricular deve ser as formas de (re)produção / (re)criação da diversidade da agricultura camponesa, pois reúne os elementos essenciais para atender às particularidades socioterritoriais relacionadas ao trabalho, à produção de alimentos e às manifestações culturais no meio rural. Como afirma Altieri (2002): “[...] enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção” (p. 26).

Atualmente, um dos principais desafios para a aplicação prática da disciplina TVT é a questão da lotação de professores. A situação atual mostra que, após o processo seletivo para a rede estadual, qualquer docente com formação em licenciatura pode assumir as aulas, muitas vezes sem dominar o conteúdo ou compreender a natureza da disciplina, sendo esta utilizada, inclusive, como uma forma de complementar a carga horária dos profissionais. Embora o processo seletivo represente um método mais democrático em comparação à indicação direta por gestores, há um retrocesso devido à ausência de uma seleção específica para a disciplina de TVT.

A Resolução/SED n. 3.796, de 02 de dezembro de 2020, elaborada pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, regulamenta a organização curricular e o regime escolar do Ensino Fundamental e Médio nas instituições pertencentes à Rede

Estadual de Ensino, além de definir os parâmetros para a operacionalização da modalidade de Educação Básica do Campo. Entre suas determinações, está a previsão de que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, poderá ser designado para o componente curricular TVT um docente licenciado em Educação do Campo ou portador de licenciatura em nível superior com habilitação específica para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, exige-se formação em curso de Licenciatura em Educação do Campo ou em outras áreas de licenciatura de nível superior. Essa normatização pode ser interpretada como permitindo que quaisquer profissionais que possuam licenciatura em nível superior lecionem a referida disciplina, desde que tenham sido aprovados no processo seletivo promovido pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, não há obrigatoriedade de saberes específicos na área para o exercício da docência nesse contexto.

Nesse processo, seria essencial que os candidatos demonstrassem conhecimento sobre os conteúdos e metodologias relacionadas à Educação do Campo. Além disso, seria necessário atribuir uma pontuação diferenciada na prova de títulos para professores que tenham formação em Licenciaturas voltadas para a Educação do Campo e em cursos do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). Nesse contexto, embora a disciplina já esteja estruturada, surge outra preocupação relevante relacionada ao profissional que atuará nessa área. Isso se deve às peculiaridades dos territórios camponeses nas escalas locais e regionais, tanto do ponto de vista social quanto biofísico (edafoclimático). É essencial que o professor tenha sensibilidade para identificar essas especificidades territoriais presentes no ambiente da Escola do Campo e esteja apto a integrar os conhecimentos propostos pela disciplina com outras áreas do saber.

4. O COMPONENTE CURRICULAR TERRA-VIDA-TRABALHO NAS ESCOLAS DO CAMPO DE DOURADOS – MS

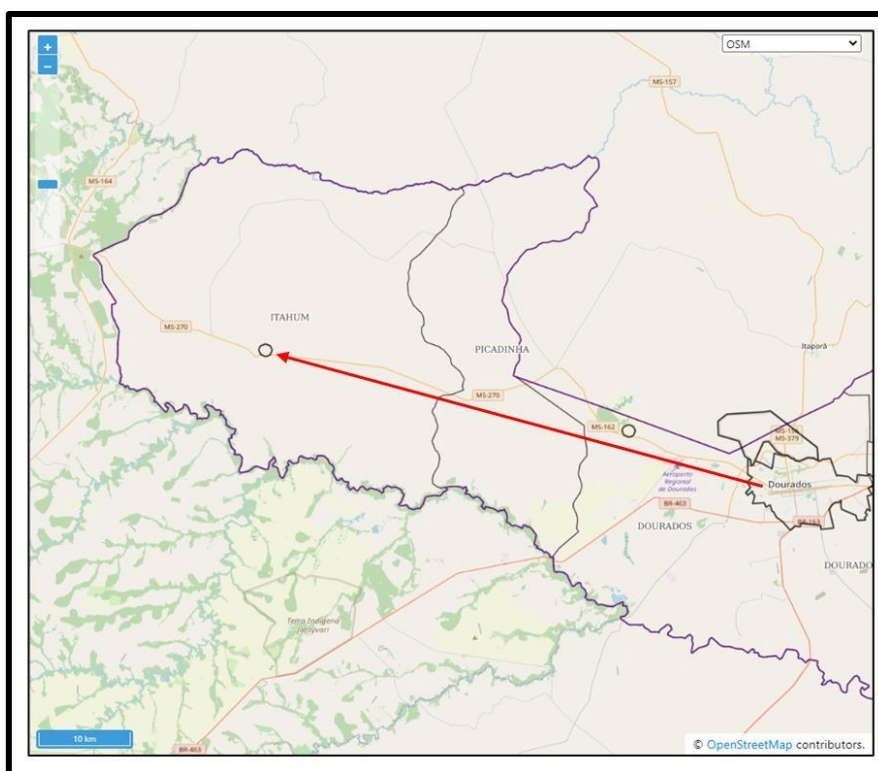
Nesse momento do texto, elencaremos o estudo de caso de cada uma das três escolas pesquisadas. Analisamos a relação intrínseca entre a escola e as condições concretas sociais e biofísicas presentes no território onde se encontram localizadas. E nessa relação dinâmica, como a disciplina TVT se faz presente com seus limites, avanços e desafios no movimento de transição para a implantação da Educação Básica do Campo.

4.1. Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja, Distrito de Itahum, Dourados/MS



Figura 1 - Vista frontal da EE. Antônio Vicente Azambuja.
Fonte: Autor, 2019.

A partir do Decreto nº 1.500, de 22 de agosto de 1978, a Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja (figura 1) foi criada para oferecer ensino de 1º e 2º graus.



Mapa 1 – Localização do Distrito de Itahum – Dourados/MS.
Fonte: Google Maps, 2022. Org. Autores, 2022.

O distrito de Itahum (mapa 1), conforme descrito por Lima (2022), alcançou destaque territorial com a construção da Estrada de Ferro, que se consolidou como o principal meio de transporte da época, conectando Dourados a outras regiões do Brasil. Porém, com o desenvolvimento das rodovias, a ferrovia perdeu relevância para o progresso da região, dando espaço ao surgimento de várias fazendas destinadas à pecuária. Localizado a 65

km de Dourados, o distrito de Itahum é acessado pelas rodovias MS-162 e MS-270. Foi criado por meio da Lei nº 661, sancionada em 10 de dezembro de 1953 e em vigor desde 1º de janeiro de 1954 (conforme publicação no D.O. em 12/12/1953). Segundo o censo de 2010, sua população é de aproximadamente quatro mil habitantes, incluindo assentados, indígenas (des)aldeados, e moradores das áreas urbanas do distrito e das fazendas vizinhas.

O espaço territorial do distrito de Itahum foi reorganizado com implantação de dois assentamentos de reforma agrária no final da década de 1990. O primeiro Projeto de Assentamento (PA), Lagoa Grande, criado em 06 (seis) de novembro de 1997, através do Projeto de Reforma Agrária, implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), adquirido através de desapropriação sob a Portaria n. 052. São 4.070.7679 hectares de terras distribuídas a 168 famílias beneficiárias. O segundo, PA Amparo, foi criado em 22 de novembro de 1997, sob portaria n. 0071. São 1.126.893 ha de terras distribuídas a 87 famílias beneficiárias (Brasil, 2019).

Segundo a fala da diretora da EE Antônio Vicente Azambuja, que presenciou todo esse processo do advento dos assentamentos rurais, na direção da escola, “os assentamentos trouxeram de volta algumas melhorias, como mercados, posto de gasolina, loja agropecuária, padaria e farmácia, pois os assentados necessitam comprar pequenas coisas, mas ainda as grandes quantidades comprem na cidade”.

No ano de 2021 a EE Antônio Vicente Azambuja apresentou, de acordo com a gestão escolar, 325 alunos matriculados e divididos em: 118 estudantes na educação profissional e 207 estudantes no ensino fundamental do 6º ao 9º ano. A escola oferece um Curso Técnico em Agropecuária e, de acordo a diretora, “é muito importante, pois prepara os jovens para o mercado de trabalho e a escola pode ser um diferencial para o futuro profissional do aluno”. O curso, realmente, surgiu de uma demanda da própria comunidade, pois conversando com os estudantes se observa a influência da territorialidade do agronegócio no Distrito, pois os mesmos têm a motivação de aprender “técnicas para a agropecuária”. Segundo a diretora, “alguns alunos são moradores das fazendas locais e postam orgulhosos em suas redes sociais fotos trabalhando nas fazendas, muitas vezes, sobre um trator e, outras, dentro de uma lavoura de soja”.

Essa realidade nos leva a afirmar que a existência de um Curso Técnico em Agropecuária, por si só, não caracteriza uma instituição como uma Escola do Campo. Durante um diálogo com o professor de TVT, identificado como JA, questionou-se como as práticas pedagógicas dessa disciplina abordam os conteúdos do referencial curricular, o

qual enfatiza a necessidade de reflexões sobre o território local. Em resposta, o professor explicou que são desenvolvidos projetos voltados à apresentação dos produtos provenientes do assentamento, com o objetivo de discutir a relevância da agricultura camponesa local e estabelecer um contraponto em relação à produção baseada na monocultura da soja.

A escola conta com um terreno de aproximadamente 50m por 100m dedicado somente para os projetos de TVT. O professor, como era morador local, e se disponibilizava em manter o local limpo e produtivo. Por isso, outro fator importante a ser observado sobre avanços e limites da disciplina TVT é o fato de que, segundo a diretora, nos anos anteriores a 2020, ela pôde escolher os professores para atuarem na disciplina em sua escola, e “escolhia um professor morador da região que entendia muito do manejo da terra e que conseguia parceria com os moradores locais para manutenção do espaço da horta e do horto de plantas medicinais”. Para a diretora, o professor JA é “essencial para o bom funcionamento do TVT na escola e ele trabalha até aos finais de semana para manter o espaço dos projetos”.

No ano de 2020, a diretora mencionou que recebeu, para ministrar as aulas de TVT, um professor aprovado no processo seletivo que assumiu todas as turmas, apesar de não conhecer o significado da disciplina nem o conceito de Educação do Campo. Contudo, destacou que ele era bastante esforçado e competente. Em suas palavras: “não sabia nem o significado da disciplina e, tampouco, o que é Educação do Campo, porém é muito esforçado e competente”.

Dessa forma, consideramos que para refletir acerca dos limites, desafios e contradições encontrados no movimento de transição para a implantação da Educação do Básica Campo podem ser observados de três fatores nessa escola. Primeiro, funciona como suporte para o educando que quer permanecer nas fazendas como trabalhador assalariado ou quer conseguir um emprego nas empresas do agronegócio, necessitando de formação técnica e, por conseguinte, sem criticidade. Segundo, apresenta essa oferta como única oportunidade para a formação dos sujeitos, uma vez que o ensino médio regular não tem mais procura na escola, segundo a direção. Terceiro, não apresenta uma proposta de autonomia, resistência e superação para a subalternidade sofrida pelos camponeses em seus territórios monopolizados e/ou “invadidos” pela territorialidade do capital, sobretudo, devido a grande quantidade de arrendamentos de parcelas territoriais para o plantio da soja.

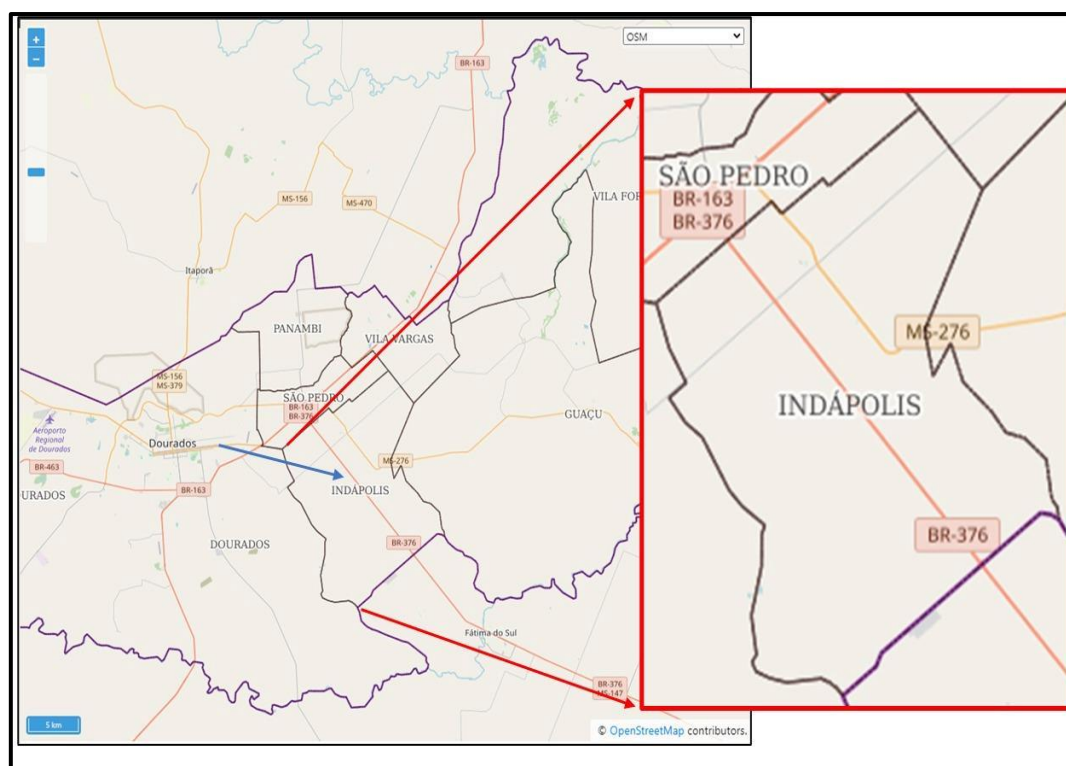
4.2. Escola Estadual Joaquim Vaz De Oliveira, Distrito de Indápolis, Dourados/MS



Figura 2 - Vista frontal da EE. Joaquim Vaz de Oliveira.

Fonte: Autor, 2019.

A Escola Estadual Joaquim Vaz de Oliveira (figura 2) possui um currículo voltado para a Educação do Campo, incluindo a disciplina TVT em sua estrutura curricular. Localizada no Distrito de Indápolis (mapa 2), a aproximadamente 20 quilômetros da sede do município de Dourados-MS, conta com cerca de três mil habitantes, conforme dados do IBGE de 2010.



Mapa 2 – Localização do distrito de Indápolis-Dourados/MS.

Fonte: Google Maps, 2022. Org. Autores, 2022.

A Escola Joaquim Vaz de Oliveira teve sua origem no Decreto nº 14.623, de 13 de dezembro de 2016, iniciando suas atividades em 15 de fevereiro de 2017, conforme a

Resolução SED/MS nº 3.206/2016. Sua criação resultou do processo de unificação das antigas escolas estaduais Dom Bosco e São José, conforme disposto no Decreto nº 14.707, de 30 de março de 2017.

O processo histórico de territorialização do distrito de Indápolis (Mapa 2) pode ser analisado como resultado direto da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Nesse contexto, ainda é possível identificar lotes de terras que mantêm a padronização original estabelecida pela CAND, com dimensões aproximadas de 12 hectares. Contudo, uma parcela significativa dessas terras foi posteriormente incorporada em unidades maiores, resultando na formação de propriedades mais extensas. As principais atividades econômicas desenvolvidas no distrito estão concentradas na agricultura, com destaque para o cultivo de soja e milho, além da criação de animais, incluindo suinocultura, avicultura e piscicultura.

Esse contexto econômico é favorecido pela alta valorização das terras locais, visto que a região se caracteriza pelo processo de expansão do agronegócio e por sua localização estratégica nas proximidades de Dourados. Esta cidade, a segunda maior do estado de Mato Grosso do Sul, oferece vantagens logísticas, como fácil escoamento da produção e infraestrutura adequada, acompanhadas por condições que fortalecem e viabilizam a expansão das atividades relacionadas ao setor agropecuário.



Figura 3 – Vista lateral da Escola Estadual Joaquim Vaz de Oliveira.

Fonte: Autor, 2019.

Com base na análise da paisagem representada na figura 3, observa-se a clara predominância da monocultura de soja. Nesse cenário, destaca-se uma contradição no território: a presença de uma Escola do Campo, cuja função é valorizar e contribuir para a construção de práticas de reprodução camponesa, mas que está inserida em um contexto marcado pela territorialidade hegemônica do agronegócio. Esse território, caracterizado

pelo cultivo extensivo de soja, está sujeito a impactos relacionados ao uso de agrotóxicos sempre que as lavouras são pulverizadas.

A disciplina TVT, conforme delineado em seu referencial curricular, propõe que a Escola do Campo deve estabelecer espaços destinados ao desenvolvimento de projetos, tanto no ambiente interno da sala de aula quanto em contextos externos. Nesse sentido, destaca-se, no território escolar de Indápolis, a ausência de uma infraestrutura específica para iniciativas voltadas ao fortalecimento da Educação do Campo. Atualmente, a área disponível é composta predominantemente por gramados e calçadas, inviabilizando a implementação de práticas educativas voltadas à agroecologia e outras formas de ensino contextualizado.

Em uma conversa realizada em 2019 com a professora de TVT, identificada como NM e oriunda de uma família assentada pela Reforma Agrária, esta enfatizou a relevância de sua formação acadêmica no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A referida formação tem sido fundamental para subsidiar sua prática pedagógica na sala de aula, mesmo diante do contexto desafiador em que atua, caracterizado pelo predomínio do agronegócio e suas dinâmicas territoriais. Segundo a docente, um dos principais desafios consiste em abordar conceitos relativos à agroecologia dentro do espaço escolar, especialmente considerando que poucos estudantes têm conhecimento prévio ou familiaridade com este tema. De acordo com a professora, “é muito importante e desafiador apresentar conceitos de agroecologia em um espaço de Escola do Campo em que poucos alunos compreendem ou ouviram falar do tema”.

Isso evidencia que a Educação do Campo é um território (i)material em constante disputa, influenciado pelas diferentes realidades concretas dos territórios materiais camponeses onde as Escolas do Campo estão inseridas. Assim, existem variações em suas formas de organização, produção, territorialidades predominantes, subalternidades, estratégias de resistência ao capital e disputas territoriais, entre outros aspectos. No caso específico de Indápolis, observa-se uma forte inclinação para a territorialidade do agronegócio, algo que pode ser facilmente constatado tanto pela imagem da escola quanto pela paisagem predominante ao longo de todo o trajeto até o local.

No diálogo com a professora NM, formada pela LEDUC/UFGD, ressalta-se a relevância de uma formação voltada para a Educação do Campo. Apesar das escolas situadas no campo enfrentarem desafios relacionados à subalternização pelo agronegócio, os/as professoras demonstram uma compreensão significativa sobre aspectos

fundamentais para sua prática. Segundo ela, ao iniciar as aulas na escola Joaquim Vaz de Oliveira, na disciplina de TVT, percebeu que essa instituição possuía características distintas das que se encontram em assentamentos rurais. Além disso, destacou que a disciplina contribui expressivamente para o estudo de conceitos ligados ao campo: “quando comecei a ministrar aulas na escola Joaquim Vaz de Oliveira na disciplina TVT, percebi que era uma escola diferente das que estão inseridas em assentamentos rurais, a disciplina contribui muito para que conceitos do campo sejam estudados”.

A professora SP, especializada em Educação do Campo por meio de um curso realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), possui uma forte ligação com o tema, já que seus pais também são assentados. Ela leciona TVT nos primeiros anos escolares e enfatiza em sua fala que: “é muito legal demonstrar aos pequenos a importância de alimentação saudável, de onde surge a alimentação e valorizar a produção camponesa logo no início da aprendizagem”. Afirmar ainda: “nos anos iniciais, na disciplina TVT, apesar de não termos espaços externos, faço experimentos em sala de aula, como germinação de sementes, que chama muita a atenção dos alunos, eles se empolgam, e é o momento de falar sobre a Agroecologia com eles”. Ela segue relatando: “fiz um projeto de plantas medicinais com os alunos, sobre os princípios ativos das plantas, e foi muito positivo o resultado, eles se surpreendiam com a utilidade das plantas”.

Concluimos, portanto, que, nesta escola, são os próprios docentes que fazem a diferença ao empenharem-se para superar as adversidades. Isso demonstra que, ainda que de forma inicial, o TVT consegue despertar uma certa consciência crítica em relação à monocultura do agronegócio.

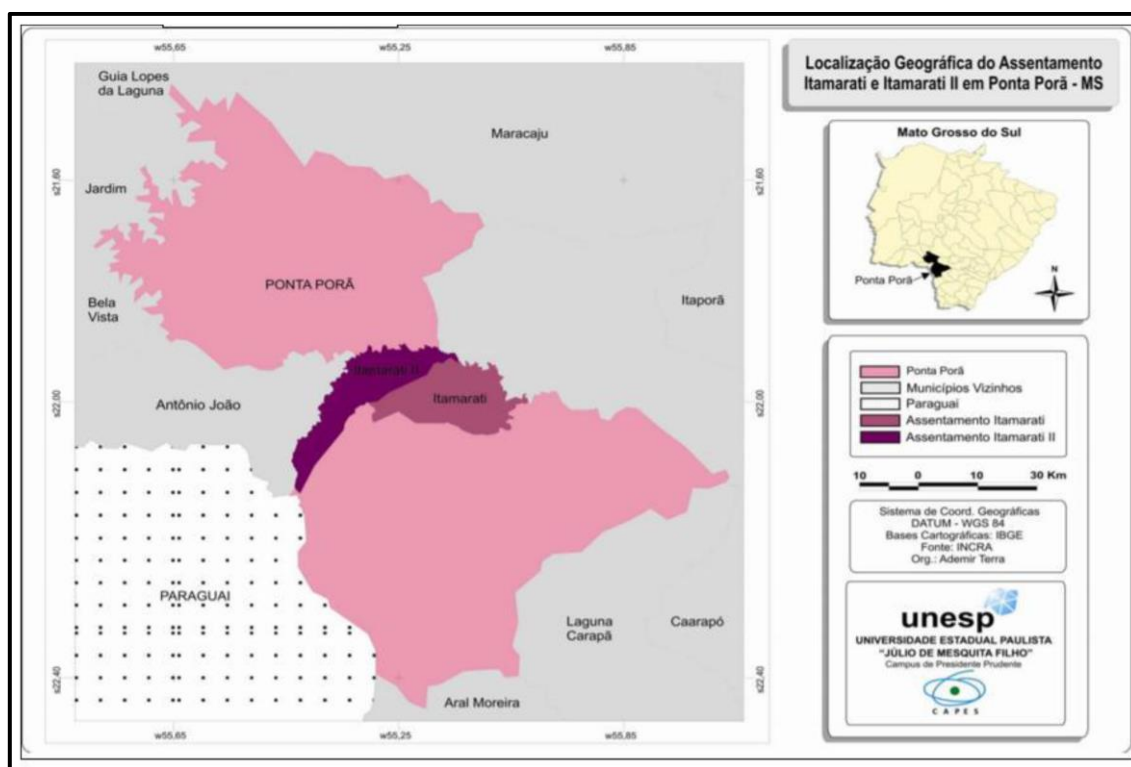
4.3. Escola Estadual Nova Itamarati, Distrito de Nova Itamarati – PA Itamarati, Ponta Porã



Figura 4 - Vista frontal da EE Nova Itamarati.

Fonte: Autor, 2021.

A EE Nova Itamarati (figura 4) está situada na sede do Distrito de Itamarati, no município de Ponta Porã, ocupando um espaço que, no passado, serviu como alojamento para os funcionários da antiga Fazenda Itamarati. Após adaptações, o local passou a atender em média 1.750 estudantes do Assentamento Itamarati. A unidade oferece formação desde os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, além de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Avanço do Jovem na Aprendizagem (AJA).



Mapa 3 - Assentamento Itamarati I e II e Municípios limítrofes.

Fonte: Terra (2009, p. 47).

Com a criação do Assentamento Itamarati (mapa 3) em 2005, a escola, que em 2004 atendia 280 alunos, passou a receber 800 estudantes. Para suprir essa demanda, foi necessário ampliar o espaço físico, o que incluiu a construção de novas salas e a revitalização do antigo espaço da oficina.

É relevante observar que, nos anos de 2009 e 2010, a Escola Estadual Nova Itamarati ainda não era oficialmente designada como uma Escola do Campo. Essa denominação foi adotada somente no biênio 2011-2012, quando a instituição passou a ofertar a modalidade de Educação Básica do Campo, incorporando também a disciplina/Eixos Temáticos TVT, conforme estabelecido pela Resolução/SED nº 2.507, de 29 de dezembro de 2011. Em 2021, a escola registrou aproximadamente 1.750 estudantes matriculados, distribuídos

entre as modalidades de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio.

No espaço destinado à horta escolar (figura 5), anteriormente funcionava o recinto de manutenção das máquinas da fazenda. Durante o período da pesquisa, esse local passou a ser utilizado para a realização das práticas relacionadas ao TVT. Apesar de ainda apresentar vestígios dessa antiga função, como pedregulhos e solo compactado, os professores conseguiram cultivar hortaliças de qualidade em quantidade satisfatória, por meio da criação de canteiros enriquecidos com adubação orgânica.



Figura 5 - Espaço da horta na terra da sala de máquinas.

Fonte: Autor, 2021.

Em uma conversa com a Coordenadora RS, formada em Ciências Sociais pelo PRONERA/UFGD e com experiência como diretora adjunta da EE Nova Itamarati e diretora da EE Carlos Pereira, destacou-se a paisagem singular que os estudantes atravessam no trajeto até a escola. Segundo ela: “obviamente que gostaríamos que fosse diferente, mas os estudantes ao virem para escola percorrem por lavouras de soja e milho proveniente de arrendamentos de terras, mas também passam por lotes que produzem hortaliças, bacia leiteira, pomares, que diferenciam de uma fazenda”. Nesta fala, é possível perceber a relevância da Reforma Agrária, já que fica evidente a presença da produção do agronegócio. No entanto, também se destaca, em vários lotes, a prática da agricultura camponesa, que envolve relações de trabalho com a terra distintas das do agronegócio.

A coordenadora evidenciou também a importância do espaço de discussão que a disciplina TVT proporciona, apontando que “as outras disciplinas são engessadas, com conteúdo próprios, e a disciplina TVT proporciona uma maior variedade de formas para trabalhar, até mesmo em lugares distintos, sempre discutindo os propósitos da Educação do Campo”.

Corroborando, para a Professora C, os principais desafios para que a disciplina de TVT seja integrada ao currículo escolar com base nos fundamentos da Educação do Campo seriam:

Adaptação dos professores à realidade do campo, tendo em vista que para lecionar nas escolas do Estado, abrangendo as Escolas do Campo, é necessário passar em processo seletivo. Falta de material didático com conteúdo específico e a falta de material para desenvolver as aulas práticas (Professora C, 05 jun. 2021).

Para a professora C, considerando que a maioria dos estudantes são filhos de assentados oriundos do processo de Reforma Agrária, por isso, destaca-se uma realidade distinta em comparação aos do meio urbano. Nesse contexto, as práticas pedagógicas precisam estar alinhadas à realidade escolar desse público. O TVT se apresenta como uma ferramenta que oferece conteúdos e metodologias apropriados para atender às necessidades e interesses genuínos desses estudantes, possibilitando uma maior interação com sua vivência cotidiana. Além disso, contribui para facilitar a aquisição de conhecimentos de forma clara e específica, tornando o processo de ensino mais atrativo e significativo. Em suas palavras: “as práticas pedagógicas devem atender sua realidade escolar, o TVT contribui com conteúdo e metodologias apropriados para atender as reais necessidades e interesses dos alunos, o que possibilita interagir com sua realidade”, contribuindo, também, para “obter conhecimentos para sua aprendizagem de forma clara e específica, tornando o ensino atrativo”.

O professor W destaca as diversas contribuições da disciplina para o aprendizado dos estudantes, ressaltando que ela promove reflexões práticas que podem colaborar para a redução do êxodo rural, o aumento da geração de renda familiar, a produção de alimentos orgânicos, além de impactar diretamente questões relacionadas à saúde e à preservação ambiental, entre outros benefícios. No entanto, ele aponta como um dos desafios a criação de materiais didáticos adequados às diferentes etapas escolares, como o Ensino Fundamental 1 e 2 e o Ensino Médio, com foco especial em determinados temas-chave que orientem o desenvolvimento do ensino. Em suas palavras: “a diminuição do êxodo rural, geração de uma boa renda familiar, a produção de alimentos orgânicos, o que influencia diretamente na questão da saúde e preservação ambiental, dentre outras”.

Os entrevistados ressaltaram diversas reflexões que representam avanços importantes para a Educação Básica do Campo, as quais podem ser aprofundadas tendo a disciplina como eixo central para um diálogo interdisciplinar. Entre os temas apontados, destacam-se questões como o êxodo rural, a promoção de uma alimentação saudável, a geração de renda e outros aspectos relevantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que essa pesquisa trouxe de resultados reflexões acerca dos avanços, limites e desafios da disciplina TVT nas escolas do campo, considerando as perspectivas de diretores, coordenadores e professores envolvidos, bem como os documentos oficiais da SED-MS.

A análise, baseada nos relatos dos participantes e nos dados coletados durante a pesquisa de campo, evidenciou que, apesar das limitações, a disciplina tem se mostrado um instrumento importante para o fortalecimento da identidade socioterritorial da classe camponesa nos locais onde as escolas do campo estão localizadas.

É necessário que cada vez mais as escolas do campo avancem na efetiva execução do referencial curricular do TVT, partindo-se da análise crítica sobre a multidimensionalidade dos territórios onde as escolas se encontram. Para isso, a comunidade escolar precisa ter uma práxis em consonância com a práxis emancipatória da Educação do Campo.

Após as discussões e a análise dos documentos orientadores do componente curricular TVT, constata-se que ele constitui um relevante instrumento pedagógico de caráter interdisciplinar. Por meio da atuação docente, pode-se promover a valorização da Educação do Campo como uma modalidade educacional, contemplando um dos seus principais fundamentos: a ação voltada para a realidade local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006. 378p.

ALMEIDA, R. A. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 400p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília - DF: MEC, 2002.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Brasília, [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 nov. 2021.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, R. S. A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais. **Revista Nera (Unesp)**, v. 24, p. 185 - 209, 2021.

CAMACHO, R. S. A questão territorial no currículo da formação de educadores do campo em Mato Grosso do Sul: o estudo de caso da LEDUC e o PPGET. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 3–25, 2022.

CAMACHO, R. S. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: Política de Formação Emancipatória de Educadores (as) - Camponeses (as) por meio da Pedagogia da Alternância. **Revista Nera**, [S. l.], v. 27, n. 2, 2024.

CAMACHO, R. S. Prefácio: Contexto Socioterritorial Agrário e a Formação Emancipatória de Educadores do Campo em Mato Grosso do Sul. In: PIATTI, C. B. **Educação do Campo: Formação de Professores em diferentes territórios**. Campo Grande: Oeste, 2025a, v.1, p. 15–44.

CAMACHO, R. S. Formação de Educadores do Campo: a Geografia Fora do Eixo na Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 20, n. 60, p. 170–192, 2025b.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agraria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744-748.

LIMA, M. S. A. **A Educação do Campo em diferentes territórios camponeses**: os avanços e limites do eixo temático terra-vida-trabalho (TVT) em escolas do campo de Mato Grosso do Sul. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular TVT**. Campo Grande: SED/MS, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a organização da Educação Básica do Campo na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Disponível em: www.aacpdappls.net.ms.gov.br. Acesso em: 12 nov. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED n. 3.796, de 02 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: www.aacpdappls.net.ms.gov.br. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur; USP, 2007. 88p.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp, 2008. p. 23-29.

Recebido: 17/06/2026

Aceito: 24/06/2026